



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012137-43.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Impugnação Ao Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo**  
 << Nenhuma informação disponível >>  
 Impugnante: **Fernanda Geraldo e outro**  
 Impugnado: **Roberto de Jesus Volpiano**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença apresentada por **TIAGO ORDLANDI PARELI e FERNANDA GERALDO** em face de **ROBERTO JESUS VOLPIANO**. Alegam que o imóvel penhorado é bem de família, pois ali residem. Sustentam, ainda, que há excesso de penhora e inexigibilidade dos honorários frente à gratuidade. Pediram os benefícios da assistência judiciária gratuita à impugnação; que sejam nomeados depositários do imóvel penhorado; a remessa ao contador judicial; que os impugnados se manifestem sobre a proposta feita; e, por fim, a procedência.

O impugnado, por sua vez, às fls. 115/118 argumentou que a penhora é devida uma vez que é consequência da inadimplência de obrigação contratual que envolve o próprio bem imóvel constrito. Diz, ainda, que a alegação de excesso de penhora não é devida neste incidente, mas que se houver diferença entre o débito e o valor do bem, tal diferença será devolvida posteriormente. Por fim, aduz que os cálculos estão corretos; impugna os pedidos de gratuidade e não aceita a proposta feita. Pede a improcedência, ou a remessa ao contador.

Réplica às fls. 122/123.

**É o relatório.**

**Fundamento e Decido.**

Trata-se de execução da coisa julgada atinente à rescisão contratual de "compromisso particular de cessão de direitos sobre o imóvel", ocasião em que os executados foram condenados a restituir ao exequente as quantias que este havia pago.

Iniciada a fase de cumprimento de sentença, o último demonstrativo de débito apresentado pelo exequente aponta um débito no valor de R\$ 92.800,42 (fl. 212), sendo penhorado o imóvel objeto do contrato em questão, avaliado em R\$ 280.000,00 (fl. 247) e efetuado bloqueio de transferência de veículos. Irresignados, os executados apresentaram defesa, por meio da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

presente impugnação.

A penhora incidiu sobre o imóvel localizado na Rua José Guilherme Camargo de Toledo nº 75, nesta cidade, correspondendo ao mesmo endereço em que o executado foi citado (fls. 86/87), assim, reveste-se o referido imóvel de característica de bem de família, já que serve de moradia aos executados/impugnantes, recaiando a proteção conferida pela Lei 8.009/90 sobre sua integralidade.

A exceção à impenhorabilidade do bem de família, prevista no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 8009/90, tem aplicação em execução movida pelo titular do crédito decorrente de financiamento destinado à aquisição ou construção do imóvel, o que não corresponde à hipótese dos autos, uma vez que a ação foi proposta para satisfação de crédito decorrente de contrato particular de cessão direitos entre as partes.

Destaca-se, ainda, que o objetivo da Lei nº 8.009/90 é a proteção da entidade familiar, e não do devedor, de modo a impedir o desabrigo da família, garantindo o direito à moradia. Assim, uma vez reconhecida a impenhorabilidade nos termos da Lei nº 8.009/90, não há falar em penhora do imóvel ou dos direitos dos agravados sobre o bem, sendo de rigor o levantamento da penhora.

Sobre o pedido de nomeação dos impugnados como depositários, por conseguinte, fica prejudicado.

Ademais, desnecessária a remessa ao contador. Não há indício de excesso de execução. Se assim entendem os impugnados, deveriam demonstrar o excesso, inclusive declarando o valor correto, como preconiza o artigo 525, §4º, do Novo Código de Processo Civil (correspondente ao artigo 475-L, §2º, do Código de Processo Civil de 1973), a fim de que seu argumento não ficasse ao léu.

Por fim, com razão os impugnantes no que toca à inexigibilidade dos honorários de sucumbência, uma vez que na sentença proferida às fls. 144/147, mantida à fl. 161, houve a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, o que permanece hodiernamente.

Com isso, as verbas de sucumbência estão suspensas, não podendo ser exigidas, devendo, portanto, ser excluídas.

Diante do exposto, acolho parcialmente a presente impugnação, para declarar inexigíveis as verbas de sucumbência e excluir/cancelar a constrição judicial do imóvel localizado na Rua José Guilherme Camargo de Toledo, 75, nesta cidade, por ser bem de família, sendo portanto, impenhorável.

Cumpra a serventia o necessário para a efetivação do parágrafo supra.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sem custas, por se tratar de mero incidente.

A sucumbência dos impugnantes foi mínima, razão pela qual condeno o autor ao pagamento de honorários no valor de 10% sobre o valor do débito, atualizado.

Com o trânsito em julgado, prossiga-se na execução.

P.R.I.

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Juiz de Direito  
(assinado digitalmente)

São Carlos, 18 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**